



MANGELS INDUSTRIAL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 61.065.298/0001-02

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **MANGELS INDUSTRIAL S.A.** (“Mangels” ou “Companhia”) apresenta a Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária (“AGO” ou “Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, às 11 horas do dia 30 de abril de 2026, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação das contas da administração, das demonstrações financeiras e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iii) fixação da remuneração anual e global dos administradores para o exercício em curso, tudo conforme previsto na legislação e nos termos do Edital de Convocação, divulgado nos dias 31 de março e 1º e 2 de abril de 2026, no Jornal *Empresas & Negócios* de São Paulo – SP.

São Bernardo do Campo – SP, 31 de março de 2026.

Mark Ross Mangels
Presidente do Conselho de Administração



MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 61.065.298/0001-02

ÍNDICE

ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA.....	3
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	4
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	6
ANEXO II – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	30

ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Poderão participar da Assembleia os titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Mangels, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária.

Conforme autorizado pelo §2º-A do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), a AGO será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma “*Microsoft Teams*”.

Dessa forma, os acionistas poderão participar da AGO, nos termos do art. 28, §§ 2º e 3º, da Resolução CVM nº 81/2022, atualizada pela Resolução CVM nº 204/2024: (i) virtualmente, por meio de sistema eletrônico; ou (ii) por meio de boletim de voto a distância, que poderá ser enviado diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou do escriturador.

Participação por meio da plataforma eletrônica

Os acionistas que optarem por participar da AGO por meio da plataforma eletrônica deverão encaminhar ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, no e-mail ri@mangels.com.br, até 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGO, ou seja, até o dia 28 de abril de 2026, os seguintes documentos:

- (i) Comprovante da qualidade de acionista da Companhia emitido pelo escriturador ou instituição depositária, conforme o caso, com no máximo 05 (cinco) dias de antecedência à data da assembleia geral;
- (ii) Se pessoa física, cópia do documento de identidade;
- (iii) Se pessoa jurídica ou fundo de investimento, cópia de estatuto, contrato social ou regulamento, cópia de ata de eleição dos administradores, cópia do contrato de administração ou gestão, conforme aplicável, todos devidamente registrados ou arquivados perante o órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente na assembleia; e
- (iv) Se forem representados por procuradores, além dos documentos mencionados anteriormente, os acionistas deverão apresentar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação e cópia do documento de identidade do procurador.

Os documentos provenientes do exterior deverão ser apostilados ou consularizados, acompanhados da respectiva tradução juramentada, registrada em cartório de títulos e documentos. A Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, desde que a assinatura digital seja realizada com certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), ou por outros meios de assinatura eletrônica certificada que comprovem a autoria e a integridade do documento e dos signatários.

Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado no pedido de solicitação de participação à Assembleia, o link de acesso à plataforma eletrônica em que será realizada a Assembleia aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores.

O link a ser enviado pela Companhia será pessoal e intransferível, não podendo ser compartilhado. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o

Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail: ri@mangels.com.br, com até, no máximo, 3 (três) horas de antecedência do horário de início da Assembleia.

Representação por procurador

Os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador ou advogado, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A.

A Companhia admite procurações outorgadas por Acionistas, por meio eletrônico, desde que seja assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários.

Participação por meio de boletim de voto a distância

Nos termos da Resolução CVM n.º 81/2022, os acionistas poderão enviar boletins de voto a distância, conforme modelo disponibilizado no seu website (<http://www.mangels.com.br>), nos websites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br), diretamente à Companhia ou por meio do escriturador (Itaú *Investment Services* – www.itaubr.com.br/investmentservices) ou de seus respectivos custodiantes, nos termos das normas legais e regulatórias aplicáveis e segundo as regras previstas no Formulário de Referência da Companhia.

Os documentos e informações referidos acima, bem como os demais documentos previstos na Resolução CVM n.º 81/2022, relativos à ordem do dia e à participação na Assembleia foram divulgados no sistema eletrônico Empresas.Net, e se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu website (www.mangels.com.br), e nos websites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração apresenta, a seguir, suas propostas e comentários sobre as matérias constantes da ordem do dia da AGO.

1. Tomar as contas dos administradores, examinar e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

O Conselho de Administração da Companhia submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Conselho de Administração esclarece que os documentos acima referidos, incluindo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, bem como no seu website (<http://www.mangels.com.br>), nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Em atendimento ao art. 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81/2022, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no Anexo I a esta Proposta (Anexo I – Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia).

2. Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Considerando o saldo atual da conta de prejuízos acumulados, apesar de a Companhia ter apurado lucro no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com o art. 189, parágrafo único, da Lei das S.A., o Conselho de Administração recomenda que o lucro apurado seja integralmente destinado à absorção desses prejuízos acumulados.

Em razão deste motivo, e observando-se as disposições da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia não apresentará as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022.

3. Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025.

O Conselho de Administração propõe que a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, para o período de maio de 2026 a abril de 2027, seja de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). O montante global proposto, após aprovado pela Assembleia Geral, será distribuído entre membros de cada órgão, conforme será definido em reunião do Conselho de Administração. O referido limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria é definido anualmente, por proposta do Conselho de Administração e recomendação dos Comitês de Recursos Humanos e de Finanças, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, para vigor de maio do ano corrente a abril do ano seguinte. A remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global. As parcelas da remuneração total aprovadas, anualmente, na Assembleia Geral de Acionistas, onde são definidos os valores de composição da remuneração, são conjugadas à perenidade e à sustentabilidade financeira. O estabelecimento dos valores de remuneração fixa e dos benefícios concedidos aos administradores é baseado em estudos e pesquisas de mercado. Na fixação das remunerações são analisadas as competências e responsabilidades requeridas, conforme as especificidades de cada cargo.

Em atendimento ao disposto no art. 13 da Resolução CVM nº 81/2022, o Anexo II a esta Proposta contém informações adicionais sobre a remuneração dos Administradores da Companhia, na forma do item 8 do Formulário de Referência (Anexo II – Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto no art. 13, I, da Resolução CVM nº 81/2022).

São Bernardo do Campo – SP, 31 de março de 2026

Mark Ross Mangels
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

1 COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS E A SITUAÇÃO FINANCEIRA, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECERES DO CONSELHO FISCAL E AUDITORIA SOBRE ELAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

- 2.1 - Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo
- 2.2 a 2.3.a e 2.4 a 2.6 e 2.8 a 2.11 - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia
 - 2.3.b - Parecer dos auditores
- 2.7 - Proposta de destinação do lucro líquido do exercício
- 3 - Demonstrações financeiras
- 4 – Parecer do conselho fiscal
- 5 - Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP
- 6 - Parecer do comitê de auditoria

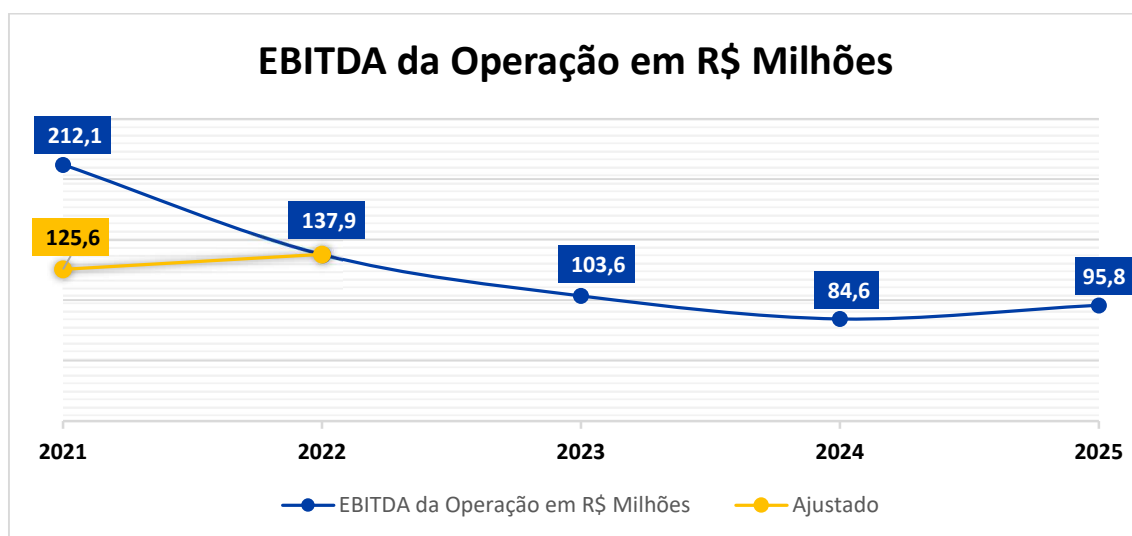
2 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS SOCIAIS E OS PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO EXERCÍCIO FINDO

(Em conformidade com o disposto no item 2.1 do Formulário de Referência em conformidade com o disposto no item I do artigo nº 10 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 59/21 e 204/24)

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comentários sobre o EBITDA



Com 97 anos de história, a Mangels consolida sua posição como referência em excelência industrial e compromisso com todos os elos de sua cadeia produtiva. Atualmente, é uma das maiores empresas nacionais do setor e figura entre as líderes na América Latina. Seus

produtos estão amplamente presentes nos segmentos de automóveis, motocicletas, caminhões, ônibus e eletrodomésticos.

O EBITDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é um dos principais indicadores de desempenho operacional da Companhia, pois expressa sua capacidade de geração de caixa, excluindo os efeitos financeiros e fiscais. No acumulado do quarto trimestre de 2025, o EBITDA da Mangels totalizou R\$ 95,8 milhões, representando um crescimento de R\$ 11,2 milhões em relação ao mesmo período de 2024. A Companhia mantém uma perspectiva otimista para o futuro, com foco contínuo na eficiência da gestão de ativos e na evolução de sua adaptabilidade financeira.

Guiada por valores sólidos como ética, sustentabilidade, segurança, trabalho em equipe, cooperação e integridade, a Mangels conduz suas operações com foco na excelência operacional.

Essa postura fortalece relações de transparência e confiança com seus parceiros, clientes, fornecedores e colaboradores, sustentando sua trajetória de sucesso e inovação.

CENÁRIO ECONÔMICO – 2025

VEÍCULOS LEVES

Em 2025, as vendas de veículos leves no Brasil registraram crescimento de 2,6% em relação ao ano anterior, totalizando cerca de 2,6 milhões de unidades. Mesmo diante de um cenário de crédito mais restritivo e taxas de juros elevadas, o setor apresentou desempenho positivo. Segundo a ANFAVEA, foram produzidos 2,0 milhões de automóveis de passeio, um avanço de 4,8%, e 502 mil comerciais leves, aumento de 3,3% na comparação entre 2025 e 2024.

VEÍCULOS PESADOS

Em 2025, a produção de veículos pesados no Brasil registrou queda significativa, especialmente no segmento de caminhões, segundo a ANFAVEA.

A produção de caminhões teve queda de 12,1% no ano. A categoria mais impactada foi a de caminhões pesados, com queda expressiva de 24,1%, fortemente influenciada pelas taxas de juros aplicadas aos financiamentos.

A produção de ônibus teve crescimento leve de 1,6% no ano, impulsionada pela continuidade das entregas do Programa Caminho da Escola.

MOTOCICLETAS

Em 2025, a produção de motocicletas no Brasil alcançou quase 2,0 milhões de unidades, registrando um crescimento de 13,3% em relação ao ano anterior, segundo ABRACICLO.

As vendas cresceram 15,0%, totalizando 2,2 milhões de unidades, conforme dados da FENABRAVE.

Trata-se de um mercado impulsionado principalmente pelo uso profissional para entregas e transporte individual, consolidando-se como uma alternativa de locomoção mais acessível em comparação ao automóvel.

GLP

Em 2025, o mercado de consumo de GLP no Brasil demonstrou um crescimento de 1,5% em relação ao ano anterior. As vendas de novos vasilhames de GLP acumularam um aumento de 10,0% no ano. Esses crescimentos estão associados ao anúncio do Programa “Gás do Povo”, que já movimentou a indústria diante da expectativa de aumento da demanda.

b. Estrutura de capital

A Mangels Industrial S.A. (Companhia ou Grupo) é uma sociedade por ações com sede à Rua José Versolato, nº 101 Bloco A sala 91 e 92 – Centro – São Bernardo do Campo / São Paulo, CEP 09750-730. Suas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos MGEL3 e MGEL4.

Através das plantas industriais em Três Corações – MG e Manaus - AM, a Companhia atua na produção e venda de rodas automotivas de alumínio, recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões. Além disso, fornece peças e componentes para botijões e cilindros de GLP. Realiza a separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e oferece serviços relacionados ao aço na planta de Araucária – PR.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Comentários sobre o endividamento

(em milhões de reais – R\$)

Movimentação	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25
Saldo inicial	729,3	741,8	693,7	613,6	633,0
Amortização	(48,2)	(163,1)	(128,8)	(115,3)	(134,9)
Captação	-	80,7	10,6	-	12,3
Juros/variação cambial (sem efeito de caixa)	60,7	34,3	38,1	134,7	23,7
Saldo final	741,8	693,7	613,6	633,0	534,2
FINANCIAMENTOS					
Curto prazo	50,1	74,6	125,5	105,9	530,9
Longo prazo	691,7	619,1	488,1	527,1	3,3
Total de financiamentos	741,8	693,7	613,6	633,0	534,2
DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalentes de caixa	33,5	13,5	34,4	12,6	30,1
Aplicações financeiras	25,5	57,7	31,8	61,5	10,9
Total de disponibilidades	59,0	71,2	66,2	74,1	41,0
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	682,8	622,5	547,4	558,9	493,2

Até dezembro de 2025, o endividamento líquido totalizava R\$ 493,2 milhões, representando uma redução significativa em relação aos R\$ 558,9 milhões registrados em dezembro de 2024.

No acumulado de 2025, registrou-se uma variação cambial ativa de R\$ 37,9 milhões, uma provisão de juros de R\$ 61,6 milhões e pagamentos de principal e juros totalizando R\$ 134,9 milhões. A Administração da Companhia está em latentes negociações com as instituições financeiras nacionais visando à renegociação e alongamento do perfil de vencimento das dívidas financeiras, buscando preponderantemente manter as vigências, carências e taxas/juros similares as acordadas com os bancos nacionais no plano inicial.

A Companhia tem obtido êxito na mitigação dos impactos financeiros, sustentada por rigoroso controle de despesas e ajustes organizacionais estratégicos. Destacam-se as

reuniões de calibração, voltadas à análise de cenários relevantes, ao mapeamento de oportunidades e ao fortalecimento do controle de custos e gastos operacionais.

Essas iniciativas são fundamentais para a manutenção do equilíbrio financeiro, a preservação do caixa e o fortalecimento contínuo da estrutura de capital, permanecendo entre as principais prioridades estratégicas da Mangels.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia tem utilizado o ciclo de caixa operacional próprio e celebrou convênio para antecipação de pagamentos a fornecedores, por meio de estrutura de cessão de créditos a Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no qual os fornecedores podem antecipar o recebimento de seus créditos junto à Companhia. Nesse arranjo, os créditos cedidos ao fundo são representados por duplicatas e/ou notas promissórias decorrentes de operações comerciais. Considerando as características da operação, quando da liquidação dos títulos junto aos fornecedores ocorreu a baixa dos respectivos saldos registrados na rubrica de fornecedores, com o reconhecimento de obrigação financeira correspondente no grupo de empréstimos e financiamentos. As operações foram contratadas em moeda corrente nacional, com prazo médio de liquidação de aproximadamente 60 dias e taxa média de 1,44% ao mês, tendo como garantia recebíveis da Companhia. A Administração entende que essa estrutura contribuiu para a adequada gestão do capital de giro e para a manutenção da liquidez da Companhia no período.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Vide item d acima.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes**

(em milhares de reais – R\$)

			Controladora		Consolidado	
	Juros % a.a.	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Moeda nacional						
Credores com garantia real						
Banco da Amazônia S.A. (ii)	10%	Jul/29	-	-	4.680	5.851
Credores quirografários (iii)						
Banco Bradesco S.A.	CDI + 0,5%	Nov/26	100.659	100.422	100.659	100.422
Banco Itaú BBA S.A.			86.019	85.815	86.019	85.815
Caixa Econômica Federal			8.973	8.952	8.973	8.952
Banco Safra S.A.			11.098	11.072	11.098	11.072
Banco do Brasil S.A.			93.970	93.747	93.970	93.747
Operações com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) (iv)						
Banco Daycoval S.A.			12.742	-	12.742	-
Total em moeda nacional			313.461	300.008	318.141	305.859
Moeda estrangeira						
Credores com garantia real (i)						
DEG - Deutsche Investitions - Und Entwicklungsgesellschaft Mbh	5%	Nov/25	-	24.973	-	24.973

FMO - Nederlandse Financierings
Maatschappij Voor
Ontwikkelingslanden N.V.

			-	48.363	-	48.363
Credores quirografários (iii)	SOFR +2,55%	Nov/26				
Banco Bradesco S.A. - crédito em US\$			190.762	224.125	190.762	224.125
FIDC Blackpartners Miruna NP - crédito em US\$			25.332	29.746	25.332	29.746
Total em moeda estrangeira			216.094	327.207	216.094	327.207
Total dos empréstimos e financiamentos			529.555	627.215	534.235	633.066
Circulante			529.555	104.491	530.883	105.872
Não circulante			-	522.724	3.352	527.194

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhuma outra relação de longo prazo com Instituições financeiras além das divulgadas no item 2.1.f.i.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não se aplica.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Comentários sobre o desempenho consolidado do resultado

(em milhões de reais – R\$)

Movimentação	4T25	4T24	2025	2024	Var. R\$	Var. %
Receita bruta	318,4	279,4	1.288,0	1.144,6	143,4	12,5%
Receita líquida	261,8	231,0	1.063,6	948,0	115,6	12,2%
CPV	(221,7)	(198,9)	(928,4)	(834,5)	(93,9)	11,3%
Lucro bruto	40,1	32,1	135,2	113,5	21,7	19,1%
Receitas (despesas) operacionais	(15,5)	(15,5)	(61,1)	(50,2)	(10,9)	21,7%
Lucro operacional	24,6	16,6	74,1	63,3	10,8	17,1%
Resultado financeiro	(21,6)	(53,2)	(22,4)	(128,2)	105,8	(82,5%)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3,0	(36,6)	51,7	(64,9)	116,6	(179,7%)
Imposto de renda e contribuição social	13,0	13,4	(3,7)	23,3	(27,0)	(115,9%)
Lucro (prejuízo) líquido	16,0	(23,2)	48,0	(41,6)	89,6	(215,4%)
EBITDA	30,2	22,0	95,8	84,6	11,2	13,2%

(em milhões de reais – R\$)

Movimentação	4T25	4T24	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo)	16,0	(23,2)	48,0	(41,6)
(+) Imposto de renda e contribuição social	13,0	13,4	(3,7)	23,3
(+) Resultado financeiro	(21,6)	(53,2)	(22,4)	(128,2)
(+) Depreciação e amortização	5,6	5,4	21,7	21,3
EBITDA	30,2	22,0	95,8	84,6

A Mangels é uma Companhia de destaque em diversos segmentos industriais, atuando com excelência na produção de rodas de liga leve, cilindros de GLP, tanques de ar comprimido e chapas de aço voltadas à indústria de motocicletas. Sua capacidade de atender às exigentes demandas desses mercados é sustentada por processos produtivos eficientes, compromisso com a qualidade e constante inovação. A Companhia se diferencia pela agilidade na adaptação às flutuações do mercado e por uma gestão estratégica orientada à satisfação do cliente, fatores que consolidam sua posição de liderança no setor.

No quarto trimestre de 2025, a Mangels enfrentou desafios relevantes que impactaram seus resultados financeiros, refletindo a complexidade do cenário econômico nacional e internacional. Apesar das adversidades, as vendas apresentaram crescimento, e a receita líquida consolidada atingiu R\$ 1.063,6 milhões em 2025, representando crescimento de 12,2% em relação a 2024, quando foi registrado o montante de R\$ 948,0 milhões. Esse avanço foi impulsionado pela expansão gradual ao longo dos trimestres. No quarto trimestre de 2025, a receita líquida atingiu R\$ 261,8 milhões, representando um crescimento de 13,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esse resultado foi influenciado por fatores como:

- Aumento da demanda em segmentos estratégicos;
- Melhoria na eficiência operacional e controle de custos;
- Ajustes comerciais e de precificação alinhados às condições de mercado;
- Fortalecimento das relações com clientes e parceiros estratégicos.

O **custo dos produtos vendidos (CPV)** acumulado até o quarto trimestre de 2025 totalizou R\$ 928,4 milhões, frente aos R\$ 834,5 milhões registrados no mesmo período de 2024. Embora tenha ocorrido um aumento absoluto no CPV, observou-se uma melhora na sua representatividade em relação à receita líquida: o CPV correspondeu a 87,3% da receita em 2025, antes 88,0% em 2024. Essa evolução reflete ganhos de eficiência operacional, mesmo diante de um cenário de volatilidade nos preços das principais matérias-primas.

As oscilações nos preços do aço e do alumínio, que representam entre 60,0% e 75,0% da estrutura de custos dos produtos da Mangels, foram fatores determinantes para essa variação, exigindo da Companhia uma gestão rigorosa de insumos e estratégias de mitigação de impactos no custo unitário.

No quarto trimestre de 2025, o **lucro bruto** da Mangels totalizou R\$ 40,1 milhões, representando uma evolução de 24,9% em relação aos R\$ 32,1 milhões registrados no mesmo período de 2024. No acumulado do ano, o lucro bruto apresentou crescimento com alta de 19,1%. Esse desempenho reflete a eficácia das medidas adotadas pela Companhia, voltadas à redução dos gastos gerais de fabricação e à melhoria contínua dos processos produtivos.

Tais avanços evidenciam o compromisso da Mangels com a otimização de recursos e a busca por resultados sustentáveis, reforçando sua capacidade de gerar valor mesmo em cenários desafiadores.

As **receitas (despesas) operacionais** apresentaram crescimento no acumulado até o quarto trimestre de 2025, saindo de uma despesa de R\$ 50,2 milhões em 2024 para R\$ 61,1 milhões

em 2025. Esse aumento, no entanto, está concentrado majoritariamente no primeiro trimestre, que registrou R\$ 18,4 milhões.

O crescimento observado no período foi impactado por diversos fatores, entre eles: aumento de custos comerciais, alterações na metodologia de reconhecimento contábil e reversão da Provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), em conformidade com as normas contábeis vigentes.

Cabe destacar que, no primeiro trimestre de 2024, foi contabilizado um valor de R\$ 4,4 milhões referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, registrado na linha de outras receitas, o que contribuiu para ajustes nos resultados operacionais. Esses elementos refletem tanto ajustes estratégicos quanto mudanças regulatórias que influenciaram diretamente a estrutura de despesas da Companhia.

O **lucro operacional** da Mangels em 2025 totalizou R\$ 74,1 milhões, frente aos R\$ 63,3 milhões registrados no mesmo período de 2024. Esse crescimento está diretamente relacionado ao aumento da receita, embora tenha sido parcialmente atenuado pelos impactos das variações nas despesas operacionais, que influenciaram negativamente os resultados.

No quarto trimestre, o lucro operacional apresentou uma evolução significativa, com crescimento de 48,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior, refletindo os esforços da Companhia em aprimorar sua eficiência operacional e manter a rentabilidade.

O **resultado financeiro** acumulado até o quarto trimestre de 2025 totalizou uma despesa de R\$ 22,4 milhões, caracterizando-se como atípico em relação aos períodos anteriores. Esse valor representa o resultado líquido das variações cambiais, provisões de juros, juros pagos e demais itens financeiros.

É importante destacar que a maior parte dessas receitas e despesas decorre de variações cambiais e da apropriação de juros sobre financiamentos, sem efeito imediato no caixa da Companhia. Trata-se de efeito associado, principalmente, à exposição de dívidas em moeda estrangeira, podendo apresentar volatilidade e eventual reversão em períodos futuros.

O **lucro líquido** do exercício de 2025 foi de R\$ 48,0 milhões, revertendo o resultado negativo de R\$ 41,6 milhões registrado no mesmo período de 2024. Essa expressiva melhora está diretamente relacionada à evolução do resultado financeiro, especialmente à menor pressão das variações cambiais.

O **EBITDA** acumulado em 2025 foi de R\$ 95,8 milhões, comparado aos R\$ 84,6 milhões registrados no mesmo período de 2024. Esse crescimento reflete um alinhamento eficaz entre as flutuações nos preços das commodities, especialmente alumínio e aço, e a evolução da receita. Adicionalmente, as variações nas despesas operacionais, conforme mencionado anteriormente, também exerceram influência significativa sobre os resultados do período.

No quarto trimestre de 2025, o EBITDA atingiu R\$ 30,2 milhões, representando um aumento de 37,3% em relação aos R\$ 22,0 milhões registrados no mesmo trimestre de 2024.

No contexto de mercado, os preços do alumínio e do aço foram impactados por uma combinação de fatores, incluindo instabilidades geopolíticas e incertezas econômicas globais, que pressionaram os custos de produção e afetaram diretamente o comportamento das commodities.

Apesar dos desafios enfrentados ao longo de 2025, como a volatilidade nos preços das matérias-primas e o impacto das despesas operacionais, a Mangels mantém o foco em fortalecer sua posição competitiva e aprimorar o controle financeiro. Em sinergia com os objetivos institucionais, todas as áreas da Companhia atuam de forma integrada para garantir conformidade com a estratégia de negócios e explorar novas oportunidades de crescimento.

A Mangels permanece atenta às oportunidades de crescimento sustentável, com foco na expansão para novos mercados e no desenvolvimento de produtos inovadores, sempre pautada por práticas ambientais responsáveis. A Companhia também tem investido na otimização de suas operações, na melhoria contínua da qualidade de seus produtos e serviços, e no aumento da satisfação de seus clientes.

Mesmo diante de um cenário econômico e setorial desafiador, a Mangels demonstra um compromisso sólido com a superação de obstáculos e a busca por crescimento contínuo. Com uma abordagem proativa e resiliente, a Companhia está bem-posicionada para aproveitar as oportunidades que surgirem, construindo um futuro mais robusto e sustentável.

Comentários sobre o desempenho consolidado do fluxo de caixa

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais consolidado de R\$ 139,8 milhões (R\$ 148,2 milhões em 31 de dezembro de 2024), apresentou uma leve redução em relação ao exercício anterior, principalmente pelo investimento estratégico no estoque, devido a tendência positiva para o cenário econômico de 2026, com o aumento da produção no mercado automotivo principalmente por veículos leves e também do mercado de GLP, que sugerem um ambiente potencialmente favorável para a expansão de produção e vendas de cilindros impulsionado pelo uso residencial, industrial, comercial e de políticas públicas de gás.

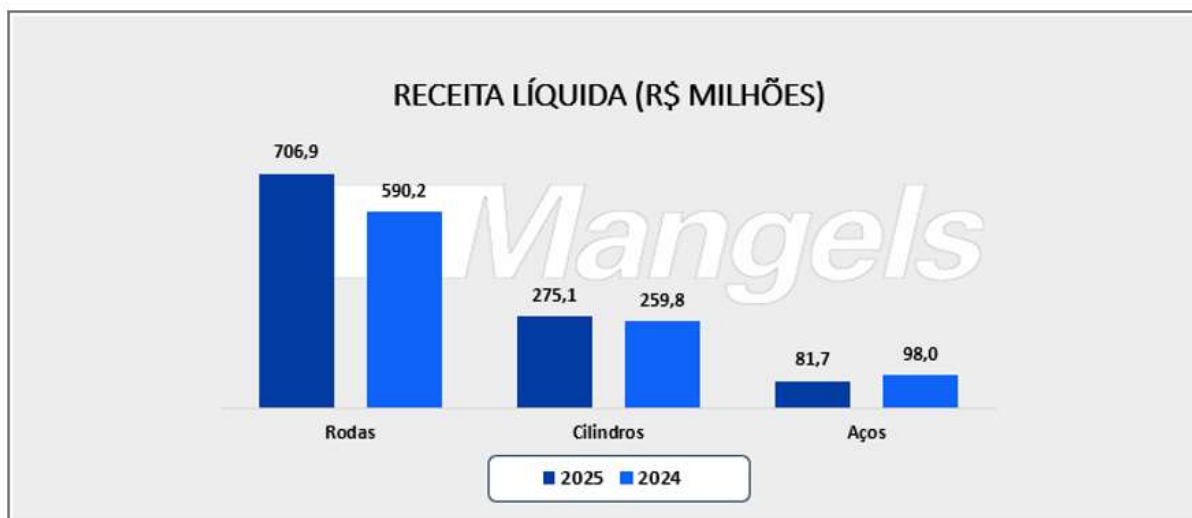
2.2 COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Em conformidade com o disposto nos itens 2.2 a 2.3.a do Formulário de Referência em conformidade com o disposto no item III do artigo nº 10 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 59/21 e 204/24)

a. Resultados das operações do emissor, em especial

- (i) **Descrição de quaisquer componentes importantes da receita** - Vide abaixo
- (ii) **Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais** - Vide abaixo

Comentários sobre as receitas e fatores que afetaram os resultados operacionais



Apesar do aumento da receita líquida em 2025 em comparação a 2024, a Mangels enfrentou oscilações significativas nos preços do alumínio, impactando diretamente sua receita. Essas flutuações nos preços das commodities representaram um dos principais desafios para a Companhia.

Apesar desses desafios, a Mangels conseguiu mitigar parte dos impactos por meio da diversificação de seus segmentos de atuação. O segmento de Rodas, por exemplo, registrou um crescimento na receita líquida, ajudando a compensar as perdas em Aços. A Companhia também manteve um foco rigoroso no controle financeiro e na otimização de suas operações para enfrentar as adversidades do mercado.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não se aplica

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Resultados Financeiros: A flutuação da taxa de câmbio do real em relação ao dólar influencia o resultado econômico da Companhia, devido à variação cambial dos financiamentos em moeda estrangeira.

Segmento de Rodas: A principal influência neste negócio é a sua matéria-prima essencial, o alumínio, cujos preços são determinados internacionalmente pela London Metal Exchange (LME) e cotados em dólares. A maioria dos contratos de venda das rodas inclui uma cláusula de reajuste automático do preço do alumínio a cada trimestre. Isso resulta em uma defasagem de três meses entre o preço pago pela Companhia pela matéria-prima e o preço de venda aos seus clientes.

Segmento de Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam os preços desses negócios. No caso do negócio de Cilindros, a capacidade de investimento dos clientes é um fator crucial, pois a aquisição de botijões novos representa a compra de ativos imobilizados.

2.3 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e práticas contábeis adotadas no Brasil. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 8 – mensuração de perda de crédito esperada para as contas a receber;
- Nota Explicativa nº 12 – teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota Explicativa nº 14 – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;
- Nota Explicativa nº 16 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota Explicativa nº 25.b – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas, que não estão sujeitos a prazos prescricionais, devido a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

As Notas Explicativas podem ser lidas na íntegra no link abaixo na plataforma da CVM especificamente no item **“Notas Explicativas”**: [Consulta de documentos](#)

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

(Em conformidade com o disposto nos itens 2.3.b do Formulário de Referência em conformidade com o disposto no item IV do artigo nº 10 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 59/21 e 204/24)

Relatório de auditoria sem ressalvas emitido por Jefferson Coelho Diniz (CRC 1SP-277.007/O-8) da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. (CRC 2SP-025.583/O-1) em 30 de março de 2026, relativo ao exercício social findo em 31.12.2025.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mangels Industrial S.A.
Três Corações – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Renegociação de dívida financeira (empréstimos e financiamentos) – vencíveis em novembro de 2026

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e nº 13 às demonstrações financeiras consolidadas findas em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui empréstimos e financiamentos captados junto a instituições financeiras nacionais com valores devidos em moeda nacional e estrangeira, nos montantes de R\$ 313.461 mil e R\$ 216.094 mil, respectivamente, cujo vencimento final ocorrerá no dia 15 de novembro de 2026. A Companhia está em processo de renegociação das dívidas junto às citadas instituições financeiras visando o alongamento do prazo de vencimento. Ressaltamos que os empréstimos em questão possuem vinculado como garantia real as instalações e os equipamentos da planta de Três Corações, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2025 perfaz o montante de R\$ 174.478 mil (conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12), sendo a principal planta operacional da Companhia. Ressaltamos que o sucesso das citadas renegociações é fator determinante para a manutenção do equilíbrio financeiro e continuidade das operações Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados

no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser considerado em nosso relatório.

1. Avaliação da perda por redução ao valor recuperável do Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos) – Nota Explicativa nº 25(b)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25(b) “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os montantes de R\$ 204.552 mil (individual) e R\$ 204.685 mil (consolidado), considerados recuperáveis à medida em que a Companhia entende que seja provável a geração de lucros tributáveis futuros, estando, dessa forma, sujeitos à avaliações e julgamentos significativos na determinação da recuperabilidade, levando em consideração a geração de lucros futuros, dentre outras premissas e julgamentos. Dessa forma, a Companhia avalia a probabilidade da geração de lucros futuros para realização dos citados ativos, estabelecendo as respectivas premissas e estimativas que os determinam. Assim, as estimativas e premissas (em virtude das incertezas e algo grau de julgamento envolvidos) representam um risco relevante de ajuste nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, razão pela qual consideramos como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos e obtivemos entendimento sobre os processos, controles operacionais e projeções de fluxos de caixa utilizados no teste de recuperabilidade elaborado pela administração;
- Envolvemos nossos especialistas internos em finanças corporativas nas avaliações das projeções econômicas e financeiras, na revisão dos cálculos matemáticos, na análise e entendimento das premissas e metodologia de cálculo e comparação das informações com expectativas de mercado, além da comparação das informações com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas. Desafiamos as premissas consideradas pela administração, tais como taxas de juros e de crescimentos econômico;
- Envolvemos nossos especialistas internos em tributos na análise das apurações de impostos de renda e contribuição social diferidos; e
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliação da perspectiva de recuperação econômica do imposto de renda e contribuição social diferidos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de

auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/0-1
Jefferson Coelho Diniz
Contador CRC 1SP-277.007/0-8

2.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS

(Em conformidade com o disposto nos itens 2.4 a 2.11 do Formulário de Referência, em conformidade com o disposto no item III do artigo nº 10 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 59/21 e 204/24)

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos últimos três exercícios sociais, não houve a introdução de novos segmentos operacionais em nossas atividades. No exercício de 2023 nos segmentos de Requalificação houve a descontinuação da prestação de serviço, continuando no segmento apenas como fornecedor de componentes.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações Societárias.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais.

2.5 CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO) OU LAJIR (LUCRO ANTES DE JUROS E IMPOSTO DE RENDA), O EMISSOR DEVE:

a. Informar o valor das medições

As informações deste item já estão contempladas no item 2.1 – Condições financeiras e patrimoniais. Gráfico e comentários sobre o EBITDA

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As informações deste item já estão contempladas no item 2.1 – Condições financeiras e patrimoniais. Gráfico e comentários sobre o EBITDA

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia adota o EBITDA por ser um indicador que evidencia o desempenho operacional ao excluir efeitos não caixa (depreciação e amortização) e variáveis decorrentes de estrutura de capital e regime tributário. Essa métrica permite avaliar a geração operacional de resultados de forma mais consistente e comparável entre períodos e frente a pares do setor.

2.6 IDENTIFICAR E COMENTAR QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE

Nenhum evento subsequente relevante que altere substancialmente ocorreu após a publicação das Demonstrações Financeiras.

2.7 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS, INDICANDO:

(Em conformidade com o disposto no item 2.7 do Formulário de Referência, em conformidade com o disposto no item II do Parágrafo único do art. nº 10 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 59/21 e 204/24)

a. Regras sobre retenção de lucros

Comentário abaixo no item e.

b. Regras sobre a distribuição de dividendos

Comentário abaixo no item e.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Comentário abaixo no item e.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais ou arbitrais

Comentário abaixo no item e.

- e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Comentários abaixo

	2025	2024
Regras sobre retenção de lucros	Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em Investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art.32 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA. De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado a reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração delibere destino diverso.	Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em Investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art.32 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA. De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado a reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração delibere destino diverso.
Valores das retenções de lucros	Na Assembleia Geral Ordinária de 2025, aprovaram a destinação do lucro líquido, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, para a conta de prejuízos acumulados.	Na Assembleia Geral Ordinária de 2024, aprovaram a destinação do lucro líquido, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para a conta de prejuízos acumulados.
Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos Credores nos termos previstos no Plano.	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.
Periodicidade das distribuições	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da companhia, a Diretoria	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da companhia, a Diretoria

de dividendos	poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a distribuição de dividendos”.	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a distribuição de dividendos”.
Política de distribuição de resultados	A destinação do lucro líquido foi aprovada pelo Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2026.	A destinação do lucro líquido foi aprovada pelo Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025.

2.8 OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off=balance sheet items), tais como:
- i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
Não se aplica
 - ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não se aplica
 - iii) Contratos de construção não terminada
Não se aplica
 - iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não se aplica
- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não se aplica

2.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica

- b. Natureza e o propósito da operação**

Não se aplica

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica

2.10 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

- a. Investimentos, incluindo:**

- i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A empresa em 2025 investiu R\$ 58,3 milhões (R\$34,9 milhões em 2024), investimentos estes voltados principalmente para aquisição e construção de máquinas e equipamentos visando a melhoria produtiva e aumento principalmente da capacidade produtiva do segmento de Rodas.

- ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa da Companhia.

- iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não se aplica

- b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Os investimentos mencionados no item 2.10.a.i) e se referem principalmente a ativos imobilizados: Fornos, Tornos, Injetoras, Raio-X e Prensas.

- c. Novos produtos e serviços, indicando:**

- i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica

- ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Vide item "iv" deste tópico

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item “iv” deste tópico

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos e serviços

Investimentos em 2025 de R\$ 4,2 milhões (R\$ 8,1 milhões em 2024) principalmente em desenvolvimento de ferramentais para a produção de moldes, principalmente no segmento de rodas.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Dos investimentos mencionados no item 2.10.a, a empresa em 2025 investiu especificamente R\$ 1,1 milhões (R\$ 568 mil em 2024), voltados principalmente para questões ambientais em proteção ao meio ambiente, segurança do trabalhador.

2.11 COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NO DEMAIS ITENS DESTA SECÃO

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia foram abordados nos itens anteriores.

3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em conformidade com o disposto no item II do artigo nº 10 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 59/21 e 204/24)

Mangels Industrial S.A. e Controladas

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais - R\$)

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	27.771	11.184	24.414	30.105	12.596	34.448
Aplicações financeiras	4.834	27.308	30.593	7.530	42.572	31.741
Contas a receber de clientes	62.285	101.719	88.162	65.976	105.508	92.757
Estoques	124.361	115.215	107.668	140.997	125.615	118.532
Tributos a recuperar	18.239	23.433	57.375	19.574	23.622	57.621
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15.586	667	2.557	15.615	667	2.557
Outros ativos	11.123	7.807	14.343	17.993	12.862	20.928
Total do ativo circulante	264.199	287.333	325.112	297.790	323.442	358.584
Aplicações financeiras	3.344	4.879	-	3.344	18.908	-
Tributos a recuperar	20.026	15.209	33.641	21.523	15.209	33.641
Imposto de renda e contribuição social diferidos	204.552	203.033	174.686	204.685	203.149	174.727
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	11.700	14.058	-	11.700	14.058
Depósitos judiciais	5.152	6.251	5.255	5.757	6.863	5.859
Outros ativos	35	236	390	35	236	390
Total do realizável a longo prazo	233.109	251.308	228.030	235.344	256.065	228.675
Investimentos	34.921	44.740	42.135	-	-	-
Imobilizado	179.824	151.671	146.558	186.810	158.868	153.825
Intangível	1.529	1.150	749	1.535	1.157	749
	216.274	197.561	189.442	188.345	160.025	154.574
Total do ativo não circulante	449.383	448.869	417.472	423.689	416.090	383.249
Total do ativo	713.582	736.202	742.584	721.479	739.532	741.833

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2023
(em milhares de reais - R\$)

Passivo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	70.800	45.631	26.342	71.346	45.826	26.492
Empréstimos e financiamentos	529.555	104.491	124.012	530.883	105.872	125.446
Salários e encargos sociais	24.880	21.123	19.117	25.567	21.696	19.678
Tributos a recolher	3.101	2.959	6.304	3.499	3.533	6.879
Tributos parcelados	1.026	1.026	2.354	1.492	1.622	3.000
Conta corrente com partes relacionadas	-	5.737	11.259	-	-	-
Passivo de arrendamento	1.153	429	380	1.280	547	489
Outras contas a pagar	12.904	14.519	12.281	13.426	15.004	12.801
Passivo de contrato	4.629	3.112	2.410	4.642	3.112	2.420
Total do passivo circulante	648.048	199.027	204.459	652.135	197.212	197.205
Empréstimos e financiamentos	-	522.724	482.547	3.352	527.194	488.134
Provisão para riscos e discussões judiciais	8.764	4.557	4.591	8.786	4.818	4.975
Tributos parcelados	7.524	8.549	7.188	7.524	8.549	7.188
Passivo de arrendamento	1.963	792	1.168	2.249	1.206	1.700
Outras contas a pagar	314	-	1.653	464	-	1.653
Total do passivo não circulante	18.565	536.622	497.147	22.375	541.767	503.650
Total do passivo	666.613	735.649	701.606	674.510	738.979	700.855
Capital social	171.273	171.273	171.273	171.273	171.273	171.273
Reserva de reavaliação	7.782	8.100	8.424	7.782	8.100	8.424
Reserva de incentivos fiscais	23.561	22.321	20.797	23.561	22.321	20.797
Prejuízos acumulados	(155.647)	(202.747)	(159.972)	(155.647)	(202.747)	(159.972)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	1.606	456	-	1.606	456
Total do patrimônio líquido	46.969	553	40.978	46.969	553	40.978
Total do passivo e do patrimônio líquido	713.582	736.202	742.584	721.479	739.532	741.833

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. E Controladas
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2023
(em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	982.979	850.651	819.309	1.063.608	948.038	927.871
Custo das mercadorias vendidas	(861.710)	(752.143)	(709.782)	(928.369)	(834.552)	(800.994)
Lucro operacional bruto	121.269	98.508	109.527	135.239	113.486	126.877
Despesas de vendas	(10.410)	(9.830)	(8.629)	(11.225)	(10.525)	(9.045)
Despesas gerais e administrativas	(40.698)	(34.570)	(32.854)	(44.356)	(37.745)	(34.906)
Reversão (provisão) para perda de crédito esperada	4.999	(5.430)	(3.763)	4.987	(5.426)	(3.777)
Equivalência patrimonial	11.314	9.866	13.372	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(13.617)	1.900	2.059	(10.561)	3.477	4.087
	(48.412)	(38.064)	(29.815)	(61.155)	(50.219)	(43.641)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	72.857	60.444	79.712	74.084	63.267	83.236
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	10.120	8.855	12.686	13.019	10.288	14.644
Despesas financeiras	(69.935)	(63.715)	(67.985)	(70.631)	(64.051)	(68.511)
Variações cambiais	35.247	(74.423)	25.082	35.244	(74.423)	25.082
	(24.568)	(129.283)	(30.217)	(22.368)	(128.186)	(28.785)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	48.289	(68.839)	49.495	51.716	(64.919)	54.451
Imposto de renda e contribuição social	(267)	27.264	(15.448)	(3.694)	23.344	(20.404)
Corrente	(1.786)	(1.083)	(7.807)	(5.230)	(5.078)	(12.804)
Diferido	1.519	28.347	(7.641)	1.536	28.422	(7.600)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.022	(41.575)	34.047	48.022	(41.575)	34.047

Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:
Acionistas controladores

48.022	(41.575)	34.047
48.022	(41.575)	34.047

Lucro líquido (prejuízo) do exercício por lote de mil ações básico diluído - R\$
Ações ordinárias (centavos por ação)
Ações preferenciais (centavos por ação)

8,3037	(7,1889)	5,8872
7,8024	(6,7549)	5,5318
8,5826	(7,4304)	6,0849

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.022	(41.575)	48.022	(41.575)
Operação no exterior- diferenças cambiais na conversão	(1.606)	1.150	(1.606)	1.150
Resultado abrangente do exercício	46.416	(40.425)	46.416	(40.425)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais - R\$)

	Controladora e Consolidado					
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 01 de janeiro de 2024	171.273	8.424	20.797	(159.972)	456	40.978
Realização da reserva de reavaliação	-	(324)	-	324	-	-
Reserva de lucros	-	-	1.524	(1.524)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(41.575)	-	(41.575)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1.150	1.150
Em 31 de dezembro de 2024	171.273	8.100	22.321	(202.747)	1.606	553
Em 01 de janeiro de 2025	171.273	8.100	22.321	(202.747)	1.606	553
Lucro líquido do exercício	-	-	-	48.022	-	48.022
Reserva de lucros	-	-	1.240	(1.240)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(318)	-	318	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.606)	(1.606)
Em 31 de dezembro de 2025	171.273	7.782	23.561	(155.647)	-	46.969

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	1.218.967	1.053.066	1.304.146	1.153.494
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.202.779	1.042.630	1.284.775	1.141.374
Provisão (reversão) para perda de crédito esperada	4.999	(5.430)	4.987	(5.426)
Outras receitas	11.189	15.866	14.384	17.546

Insumos adquiridos de terceiros	(728.679)	(625.641)	(790.553)	(703.008)
Matérias-primas consumidas	(584.936)	(499.996)	(643.532)	(574.089)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(143.743)	(125.645)	(147.021)	(128.919)
Valor adicionado bruto	490.288	427.425	513.593	450.486
Depreciação e amortização	(21.052)	(20.769)	(21.715)	(21.411)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	469.236	406.656	491.878	429.075
Valor adicionado recebido em transferência	61.026	24.319	52.608	15.886
Resultado da equivalência patrimonial	11.314	9.866	-	-
Receitas financeiras e variação cambial ativa	49.712	14.453	52.608	15.886
Valor adicionado total a distribuir	530.262	430.975	544.486	444.961
Distribuição do valor adicionado	530.262	430.975	544.486	444.961
Pessoal	163.087	150.133	171.682	158.403
Remuneração direta	85.707	75.184	90.882	80.054
Benefícios	26.807	29.301	28.677	31.031
Encargos	41.802	37.977	43.062	39.334
F.G.T.S.	8.771	7.671	9.061	7.984
Impostos, taxas e contribuições	220.067	164.715	224.861	169.992
Federais	107.721	68.581	111.432	72.815
Estaduais	112.342	96.132	113.271	97.003
Municipais	4	2	158	174
Remuneração de capitais de terceiros	99.086	157.702	99.921	158.141
Juros	69.935	63.715	70.631	64.051
Variação cambial	4.345	80.021	4.345	80.021
Outras	24.806	13.966	24.945	14.069
Remuneração de capitais próprios	48.022	(41.575)	48.022	(41.575)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.022	(41.575)	48.022	(41.575)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.022	(41.575)	48.022	(41.575)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	21.052	20.769	21.715	21.411
Perda esperada (reversão) para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4.999)	5.430	(4.987)	5.426
Perda esperada (reversão) nos estoques para itens obsoletos	(2.741)	558	(2.741)	777
Reversão (provisão) de impostos corrente e diferido	267	(27.264)	3.694	(23.344)
Equivalência patrimonial	(11.314)	(9.866)	-	-
Resultado na venda de ativo permanente	6.449	4.271	6.449	4.272
Provisão para rendas e discussões judiciais	4.391	1.009	4.152	886
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	61.089	56.813	61.561	57.398
Rendimento das aplicações financeiras	(3.093)	(5.586)	(4.514)	(6.703)
Efeito da variação cambial - Empréstimos e Financiamentos	(37.839)	77.349	(37.839)	77.349
Efeito da variação cambial - Outros	2.592	(2.926)	2.595	(2.926)
Juros sobre passivo de arrendamento	162	108	198	154
Atualização do crédito ICMS sobre base de cálculo de PIS/COFINS e outros	(6.713)	(1.976)	(8.086)	(1.976)
Crédito ICMS sobre base de cálculo de PIS/COFINS e outros	-	(4.364)	-	(4.364)
	77.325	72.750	90.219	86.785
Variações nas contas de capital circulante				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	44.433	(18.987)	44.519	(18.177)
Estoques	(6.405)	(8.105)	(12.641)	(7.860)
Tributos a recuperar	3.370	58.137	(179)	56.669
Depósitos judiciais	1.099	(996)	1.106	(1.004)
Outros ativos	(4.025)	10.577	(5.839)	12.107
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	24.708	20.007	25.056	20.052
Salários e encargos sociais	3.757	2.006	3.871	2.018

Outros passivos	(3.622)	1.119	(3.552)	970
Baixa de contingências com pagamento	(184)	(920)	(184)	(920)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.158)	-	(2.528)	(2.471)
Total das variações nos ativos e passivos	61.973	62.838	49.629	61.384
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	139.298	135.588	139.848	148.169
Aplicações financeiras	37.102	(6.008)	55.120	(23.036)
Compra de imobilizado	(52.515)	(29.690)	(52.967)	(30.263)
Compra de intangível	(833)	(806)	(833)	(813)
Dividendos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial	15.396	-	-	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(850)	(36.504)	1.320	(54.112)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos	12.333	-	12.333	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(88.240)	(67.563)	(89.357)	(68.680)
Pagamento de aluguéis	(951)	(493)	(1.106)	(648)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(45.003)	(45.943)	(45.529)	(46.581)
Conta corrente partes relacionadas	-	1.685	-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(121.861)	(112.314)	(123.659)	(115.909)
Aumento / (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	16.587	(13.230)	17.509	(21.852)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.184	24.414	12.596	34.448
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.771	11.184	30.105	12.596
Aumento / (redução) líquida no caixa e equivalentes	16.587	(13.230)	17.509	(21.852)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Comentários dos Administradores sobre os principais grupos das Demonstrações Financeiras de 2025 e 2024 podem ser lidas na íntegra no link abaixo na plataforma da CVM especificamente no item **“Notas Explicativas”**:

[Consulta de documentos](#)

4 PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Em conformidade com o disposto no item V do artigo nº 10 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 59/21 e 204/24)

Os membros do Conselho Fiscal da Mangels Industrial S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, se reuniram e examinaram: o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2025. Considerando os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e pelos Auditores Independentes, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., bem como o teor do respectivo relatório de auditoria, além das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinaram, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação e deliberados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Bernardo do Campo, 30 de março de 2026.

Heraldo Gilberto de Oliveira – Presidente
Artemio Bertholini – Conselheiro
Fábio Luis Talavera Tolin – Conselheiro

5 FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS – DFP

(Em conformidade com o disposto no item I do parágrafo único do artigo nº 10 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 59/21 e 204/24)

O formulário das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP pode ser lido na íntegra no link abaixo na plataforma da CVM:

[Consulta de documentos](#)

6 PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

(Em conformidade com o disposto no item III do parágrafo único do artigo nº 10 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 59/21 e 204/24)

Não se aplica

ANEXO II – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme previsto no Artigo 13, I, da Resolução CVM nº 81/22 e nos termos do item 8 do Formulário de Referência)

8. Remuneração dos administradores

8.13. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia mantém prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais através da consultoria Korn Ferry, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial. A prática de remuneração dos Administradores leva em conta as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor dos serviços no mercado e as qualificações. A prática da remuneração objetiva atrair e manter profissionais qualificados, capazes de contribuir para a obtenção de resultados e desenvolvimento dos planos estratégicos da Companhia.

A Companhia possui Política de Remuneração formalmente aprovada e segue as práticas mencionadas acima.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

c) Composição da remuneração, indicando:

- i. **descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles: seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor; sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais; sua metodologia de cálculo e de reajuste; e principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a mediana de mercado. Os membros da Diretoria recebem parte da remuneração correspondente a um valor fixo mensal e parte em remuneração variável, adiante pormenorizada.

A remuneração dos administradores em cada um dos órgãos ocorre da seguinte forma:

a) Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Atualmente, não há nenhum membro do Conselho de Administração que cumule função como Diretor da Companhia.

b) Diretoria: os membros da Diretoria estatutária recebem 13 (treze) remunerações por ano, a título de honorários, exceto o Diretor-Presidente, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Atualmente, não há nenhum membro da Diretoria que faça parte do Conselho de Administração.

Os Diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem um valor a título de remuneração variável.

O programa de remuneração variável está estruturado da seguinte forma:

SRV – Sistema de Remuneração Variável:

- Atingimento mínimo de 80% do Indicador Financeiro Mangels para ser considerado elegível;
- No SRV existem dois indicadores:
- Indicador financeiro Mangels consolidado;
- Metas Individuais.

c) Conselho Fiscal: a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal não será inferior a 10% da média atribuída a cada Diretor, não computado verbas de representação. A Companhia reembolsa os conselheiros fiscais de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

Proporção de cada elemento na remuneração total:

Da remuneração total dos Diretores, estatutários e não estatutários, reconhecida em 2025, 56% corresponde a honorários fixos e 44% a remuneração variável.

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O valor da remuneração fixa e a política de remuneração variável são periodicamente comparadas com o mercado, através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário.

Regra geral, a remuneração do Conselho de Administração é reajustada anualmente ou, em prazo menor, se assim as condições da empresa e de mercado permitirem. A diretoria estatutária é reajustada uma vez por ano por ocasião da revisão salarial de mercado elaborada pela Korn Ferry.

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido pelo sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O indicador financeiro EBITDA foi o considerado em 2025, bem como será considerado em 2026, para determinação da remuneração variável.

Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Anualmente, o Conselho de Administração realiza o planejamento estratégico onde são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobrados por toda a organização sob forma de metas das operações de negócios, das divisões e individuais.

Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos Diretores são definidos pelo próprio Conselho de Administração assegurando, assim, atendimento aos interesses do emissor.

ii. **Razões que justificam a composição da remuneração:**

A composição da remuneração da Diretoria em fixa e variável estimula o desenvolvimento dos administradores e a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A possibilidade de ganhos acima da média do mercado atrai e retém os profissionais desejados pela Companhia.

iii. **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**
Não se aplica.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é suportada pela Companhia.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) Órgão;

b) Número total de membros;

c) Número de membros remunerados;

d) Remuneração segregada em:

i. Remuneração fixa anual, segregada em:

- *Salário ou pró-labore;*
- *Benefícios diretos e indiretos;*
- *Remuneração por participação em comitês;*
- *Outros.*

ii. Remuneração variável, segregada em:

- *Bônus;*

- Participação nos resultados;
 - Remuneração por participação em reuniões;
 - Comissões;
 - Outros.
- iii. Benefícios pós-emprego;
- iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo;
- v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções.

e) Valor, por órgão, da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal;

f) Total da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal.

Remuneração reconhecida no resultado de 2025 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	07	03	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	07	03	03
Remuneração Fixa Anual	R\$ 3.061.728,00	R\$ 3.053.000,00	R\$ 252.906,12
. Salário ou Pró-labore	-	-	-
. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	-	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	R\$ 2.442.000,00	-
. Bônus	-		
. Participação nos resultados	-		
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 3.061.728,00	R\$ 5.495.000,00	R\$252.906,12
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal	R\$ 8.809.634,12		

Remuneração reconhecida no resultado de 2024 do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	07	03	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	07	03	03
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.449.512	R\$ 2.782.445	R\$ 252.906
. Salário ou Pró-labore	-	-	-
. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	-	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	R\$ 2.103.693	-
. Bônus	-	-	-
. Participação nos resultados	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 2.449.512	R\$ 4.886.138	R\$ 252.906
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	R\$ 7.588.556		

Remuneração reconhecida no resultado de 2023 do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	07	03	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	07	03	03
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.260.000	R\$ 2.165.644	R\$ 245.197
. Salário ou Pró-labore	-	-	-
. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	-	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	R\$ 450.937	-
. Bônus	-	-	-
. Participação nos resultados	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 2.260.000	R\$ 2.616.581	R\$ 245.197
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	R\$ 5.121.778		

Remuneração prevista para o exercício social de 2026 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	07	03	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	07	03	03
Remuneração Fixa Anual	R\$ 3.512.653	R\$ 3.085.536	R\$ 252.906
. Salário ou Pró-labore	-	-	-
. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	-	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	R\$ 2.730.237	-
. Bônus	-	-	-
. Participação nos resultados	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 3.512.653	R\$ 5.815.773	R\$ 252.906
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	R\$ R\$ 9.581.332		

8.3. Em relação à remuneração variável dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão;
- b) Número total de membros;
- c) Número de membros remunerados;
- d) Em relação ao bônus:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais.
- e) Em relação à participação no resultado:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos três exercícios sociais.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

Remuneração variável no exercício de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	03	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.850.286	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	03	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.855.869	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	03	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 2.103.693	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável prevista no exercício de 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	03	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 2.730.237	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) *Termos e condições gerais;*
- b) *data de aprovação e órgão responsável;*

- c) número máximo de ações abrangidas;*
- d) número máximo de opções a serem outorgadas;*
- e) condições de aquisição de ações;*
- f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;*
- g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício;*
- h) forma de liquidação;*
- i) restrições à transferência das ações;*
- j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;*
- k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.*

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão;*
- b) número total de membros;*
- c) número de membros remunerados;*
- d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:*
 - i. em aberto no início do exercício social*
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social*
 - iii. exercidas durante o exercício social*
- e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.*

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão*
- b) número total de membros*
- c) número de membros remunerados*
- d) data de outorga*
- e) quantidade de opções outorgadas*
- f) prazo para que as opções se tornem exercíveis*
- g) prazo máximo para exercício das opções*
- h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções*
- i) valor justo das opções na data da outorga;*
- j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) *órgão*
- b) *número total de membros*
- c) *número de membros remunerados*
- d) *em relação às opções ainda não exercíveis*
 - i. *quantidade*
 - ii. *data em que se tornarão exercíveis*
 - iii. *prazo máximo para exercício das opções*
 - iv. *prazo de restrição à transferência das ações*
 - v. *preço médio ponderado de exercício*
 - vi. *valor justo das opções no último dia do exercício social*
- e) *em relação às opções exercíveis*
 - i. *quantidade*
 - ii. *prazo máximo para exercício das opções*
 - iii. *prazo de restrição à transferência das ações*
 - iv. *preço médio ponderado de exercício*
 - v. *valor justo das opções no último dia do exercício social*
- f) *valor justo do total das opções no último dia do exercício social*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) *órgão*
- b) *número total de membros*
- c) *número de membros remunerados*
- d) *número de ações*
- e) *preço médio ponderado de exercício*
- f) *preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas*
- g) *multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) *órgão*
- b) *número total de membros*

- c) número de membros remunerados*
- d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão*
- b) número total de membros*
- c) número de membros remunerados*
- d) data de outorga*
- e) quantidade de ações outorgadas*
- f) prazo máximo para entrega das ações*
- g) prazo de restrição à transferência das ações*
- h) valor justo das ações na data da outorga*
- i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão*
- b) número total de membros*
- c) número de membros remunerados*
- d) número de ações*
- e) preço médio ponderado de aquisição*
- f) preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas*
- g) multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a) modelo de precificação*
- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*
- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*
- d) forma de determinação da volatilidade esperada*

- e) *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Ações emitidas pela Companhia e detidas em 31.12.2025		
Órgão	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	-	73.155
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	-

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a) *Órgão;*
- b) *Número total de membros;*
- c) *Número de membros remunerados;*
- d) *Nome do plano;*
- e) *Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;*
- f) *Condições para se aposentar antecipadamente;*
- g) *Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;*
- h) *Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;*
- i) *Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.*

Não aplicável, pois não há planos de previdência em vigor conferidos aos administradores.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a) *Órgão;*
- b) *Número total de membros;*
- c) *Número de membros remunerados;*
- d) *Valor da maior remuneração individual;*
- e) *Valor da menor remuneração individual;*
- f) *Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).*

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	03	03	03	07	07	07	03	03	03
Nº de membros remunerados	03	03	03	07	07	07	03	03	03
Valor da maior remuneração	1.720.000	1.602.000	1.408.335	823.428	565.272	460.000	21.075	126.756	25.352
Valor da menor remuneração	536.000	461.001	589.544	444.648	314.040	200.000	21.075	126.756	25.352
Valor médio da remuneração	797.000	719.444	872.194	255.144	349.930	282.500	21.075	126.756	25.352

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não aplicável, pois a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2023	2024	2025	2026
Conselho de Administração	83%	85%	85%	85%
Diretoria	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nos três últimos exercícios sociais nenhum valor foi pago aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que não tenham sido a título de remuneração pela função que ocupam.

Não está nos planos da Companhia realizar nenhum pagamento nesse sentido para o

exercício em curso.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Órgão	2023	2024	2025	2026
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

* * *